



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1969874 - MS (2020/0144484-5)

RELATORA : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
AGRAVANTE : SINDIJUS SIND. DOS TRAB. DO PODER JUD. DO ESTADO DO MS.
OUTRO NOME : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SINDIJUS/MS
ADVOGADOS : FAUSTO LUIZ REZENDE DE AQUINO - MS011232
 ALDAIR CAPATTI DE AQUINO - MS002162
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : JOÃO CLÁUDIO DOS SANTOS - MS009782B
INTERES. : JORGE BATISTA DA ROCHA
INTERES. : NOESTOR JESUS FERREIRA LEITE
INTERES. : BRUNO BATISTA DA ROCHA
ADVOGADO : RENATA GONÇALVES PIMENTEL - MS011980
INTERES. : DIONIZIO GOMES AVALHAES
INTERES. : BRUNO BATISTA DA ROCHA
INTERES. : JOSE CICERO DE OLIVEIRA
INTERES. : MARCUS ANTONIO PAGODIM FONTOURA
INTERES. : FRANCISO NASCIMENTO
INTERES. : JOÃO ALCANTARA DE ALMEIDA
ADVOGADO : WILLIAN DA SILVA PINTO - MS010378

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PRECLUSÃO. COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou a inexistência da preclusão e coisa julgada, asseverando, ainda, que os cálculos foram realizados de maneira adequada, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

III – É incabível o exame do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional, porquanto incidente na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

IV – O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em

votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.
VI – Agravo Interno improvido.

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Interno interposto pelo **SINDIJUS/MS** contra a decisão que não conheceu do Recurso Especial, fundamentada: (a) na incidência, por analogia, da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, quanto à alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, porquanto genérica, (b) na aplicação da Súmula n. 7 desta Corte Superior, por demandar revolvimento de matéria fático probatória o reexame da conclusão do tribunal de origem acerca da preclusão e da coisa julgada, (c) nos óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal, considerando estarem dissociadas as razões do recurso em face da fundamentação do acórdão recorrido no ponto afeto à base de cálculo dos honorários advocatícios e (d) na impossibilidade de conhecimento do recurso com fundamento em divergência jurisprudencial, porquanto a comprovação da similitude fática entre os julgados confrontados exige o reexame de fatos e provas.

Sustenta o Agravante, em síntese, não incidir o óbice da Súmula n. 7/STJ, porquanto "[...] não há que se falar em reexame do acervo fático-probatório e sim, somente isso, em reavaliação dos fatos e dos dados explicitamente mencionados no acórdão recorrido a fim de obter a correta valoração à luz do ordenamento jurídico pátrio" (fl. 1.696e).

Aduz violação à coisa julgada, porquanto o "[...] título executivo judicial, transitado em julgado, expressamente fixa a base de cálculo do crédito como sendo a remuneração do servidor" (fl. 1.700e).

Por fim, requer o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão impugnada ou, alternativamente, sua submissão ao pronunciamento do colegiado.

Impugnação às fls. 1.737/1.742e.

É o relatório.

VOTO

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Cumprе destacar que, em sede de Agravo Interno, a ausência de impugnação específica de capítulo autônomo impõe o reconhecimento da preclusão da matéria não impugnada, afastando-se a incidência da Súmula n. 182/STJ (REsp

1.424.404/SP, rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, julgado em 20/10/2021, DJe 17/11/2021).

Com efeito, as questões relativas à incidência, por analogia, das Súmulas 283 e 284 da Suprema Corte encontram-se preclusas, porquanto os fundamentos invocados nesse ponto não foram adequadamente atacados no agravo interno.

Na parte remanescente, não assiste razão ao Agravante.

Conforme consignado anteriormente, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a inexistência preclusão e coisa julgada, ao fundamento de terem sido realizados os cálculos de maneira adequada, consoante deflui da leitura do seguinte excerto do acórdão recorrido (fl. 1.288/1.294e):

Em 07/06/2016 foi deflagrado cumprimento de sentença para recebimento dos honorários advocatícios correspondentes, indicando que o percentual fixado deveria incidir sobre o valor de R\$ 104.233.947,87 (cento e quatro milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), devidamente atualizado (f. 172-174/TJMS). Com efeito, no trâmite da execução principal, instaurada inicialmente para perseguir o citado valor (f. 179-183/TJMS), procedeu-se novos cálculos, os quais reduziram o pretense crédito.

Desta forma, o valor executado, diante de novos cálculos realizados, sofreu redução, em razão da constatação de erro material, porquanto deixou de ser considerado na mensuração do montante, os valores que foram efetivamente pagos aos credores, considerando base de cálculo diversa e menor da determinada pela coisa julgada para o compute do adicional por tempo de serviço.

Esse entendimento foi reconhecido por este Tribunal no julgamento dos agravos de instrumento nº 1402236-03.2018.8.12.0000 e no 1401010-26.2019.8.12.0000, levando-se em conta a constatação de erro material na apuração do quantum devido, cuja ementa restou assim redigida:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROMOVIDA PELO SINDIJUS EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS HOMOLOGADOS PRECLUSÃO DO DIREITO DE IMPUGNAR NÃO EVIDENCIADA AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE DIREITO OFENSA À COISA JULGADA ERRO DE CÁLCULO PASSÍVEL DE CORREÇÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I - Defeso considerar que a concordância do devedor quanto aos cálculos apresentados tenha consistido em reconhecimento de crédito a seu favor, pois houve expressa impugnação em respeito à coisa julgada, sendo determinação do juízo condutor do processo de origem a realização de novos cálculos. II - Não há preclusão quando a manutenção do erro material atinente a cálculo aritmético viola a efetivação do direito já reconhecido em juízo, sob pena, inclusive, de violação à coisa julgada e, inclusive, ao princípio da instrumentalidade das formas. III - O erro material de cálculo é cognoscível a qualquer tempo pelo juiz, independentemente da ocorrência de coisa julgada. IV - Em se tratando de atividade executiva, desenvolvida no

intuito de satisfazer o dever jurídico certificado em título executivo judicial, impõe-se a observância da fidelidade à sentença liquidanda, sob pena de ofensa ao efeito positivo da coisa julgada. (TJMS. Agravo de Instrumento n. 1401010-26.2019.8.12.0000, Campo Grande, 2ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Marco André Nogueira Hanson, j: 12/06/2019, p: 17/06/2019)

As razões de decidir do mencionado AI nº 1401010-26.2019.8.12.0000 devem servir como razões de decidir do presente recurso, portanto, transcrevo-as:

"I. Breve relato dos fatos que permeiam a insurgência recursal Conforme relatado, a controvérsia devolvida à apreciação deste Tribunal refere-se à decisão que procedeu a homologação de cálculos objeto do cumprimento de sentença nº 0013704-10.1999.8.12.0001/04, com base em coisa julgada formada nos autos do processo de conhecimento nº 0013704-10.1999.8.12.0001, em que o Estado de Mato Grosso do Sul foi condenado a utilizar como base de cálculo do adicional por tempo de serviço dos servidores, a remuneração dos servidores, ou seja, a somatória de valores que estes percebem em retribuição ao exercício de suas funções, e ainda, condená-lo no pagamento das diferenças entre o que foi pago e o que deveria ter sido pago, a contar dos cinco anos que antecederam a propositura desta ação, acrescidas de correção monetária pelo IGPM/FGV e dos juros de mora de 6% ao ano, ambos contados desde as datas em que os pagamentos foram feitos.

Essa decisão abrange apenas os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul que atingiram o primeiro quinquênio até 26.10.2000.

Este desfecho foi mantido em sede recursal, cuja ementa restou assim redigida:

APELAÇÃO CÍVEL - REEXAME DE SENTENÇA - AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CÁLCULOS PARA APLICAÇÃO DO ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO C/C COBRANÇA - ADICIONAL INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO (ART. 111 DA LEI 1.102/90) - PAGAMENTO DO VALOR DAS DIFERENÇAS ENTRE O QUE FOI PAGO E O QUE DEVERIA TER SIDO PAGO - INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA - IGPM/FGV E JUROS DE MORA - A PARTIR DE QUANDO OS VENCIMENTOS FORAM PAGOS - RECURSO VOLUNTÁRIO E EX OFFICIO - IMPROVIDOS. (TJMS. Apelação n.

0013704-10.1999.8.12.0001, Campo Grande, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Oswaldo Rodrigues de Melo, j: 08/09/2003, p: 01/10/2003) Assim, a coisa julgada formada determinou que o adicional por tempo de serviço deveria ser calculado sobre toda a remuneração e não somente sobre o vencimento-base.

Entretanto, a antecipação salarial não poderia englobar o adicional por tempo de serviço ou qualquer outra vantagem, in verbis:

Quanto à antecipação salarial, é certo que não engloba o adicional por tempo de serviço ou qualquer outra vantagem, porquanto tem por escopo apenas adiantar a correção do vencimento-base do cargo. Daí por que não produz o efeito "repicão", vedado pelo artigo 37, XIV, da Constituição Federal,

resultante da computação de uma vantagem sobre a outra. O Estado de Mato Grosso do Sul ingressou com embargos à execução, que deu origem ao agravo de instrumento nº 2009.018957-6 (atual nº 0023479-03.2009.8.12.0000) interposto pelo Sindijus, ora agravante, ao qual, diante da concessão de efeitos infringentes a embargos de declaração opostos pelo Estado de Mato Grosso do Sul (feito nº 2009.018951-6/0001-00), foi negado provimento, in verbis:

E M E N T A EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EFEITOS INFRINGENTES INTIMAÇÃO DO EMBARGADO PARA MANIFESTAÇÃO PRONUNCIAMENTO DO TRIBUNAL QUANTO À SITUAÇÃO CONCRETA POSTA NOS AUTOS REJEIÇÃO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO INADMISSIBILIDADE AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PLANILHAS DE CÁLCULO DIREITO SUBJETIVO À EMENDA DA INICIAL SITUAÇÃO CONCRETA QUE AUTORIZA A CONCESSÃO DE PRAZO PARA A ADEQUAÇÃO DA EXORDIAL EMBARGOS ACOLHIDOS. Os embargos de declaração possuem função integrativa, visando afastar do decisum qualquer omissão prejudicial à solução da lide. Em casos excepcionais, autoriza-se a concessão de efeitos infringentes aos embargos de declaração, com a alteração do dispositivo do acórdão. A regra trazida no artigo 739-A, § 5º, do CPC, como qualquer outra norma legal, não tem aplicação absoluta e irrestrita, devendo ser realizada uma análise casuística para ponderar sobre a incidência ou não de determinado comando de lei. Por força dos princípios da instrumentalidade das formas e da economia processual, os quais constituem vetores de toda a interpretação das regras processuais civis, o indeferimento da petição inicial é medida extrema, sendo mais correto o aproveitamento dos atos processuais praticados pelo autor. Nos termos do artigo 284, do CPC, a parte-autora possui o direito subjetivo de emendar a petição inicial, em aplicação direta do princípio da cooperação. Embargos acolhidos. O que, todavia, foi alterado em sede de recurso especial interposto pelo agravante (REsp nº 1192529), extinguindo-se liminarmente os embargos à execução opostos pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

Na origem, enquanto pendia o julgamento de aclaratórios opostos no Superior Tribunal de Justiça com relação aos embargos à execução, verifica-se que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul processe de cumprimento de sentença permaneceu em arquivo até 25/02/2015, quando o agravante pleiteou a remessa dos autos à Contadoria Judicial para atualização do crédito (f. 513/TJMS).

Denota-se que no dia 06/10/2015 o juízo a quo solicitou ao setor de precatório deste e. Tribunal de Justiça relatórios para pagamentos efetivados em decorrência dos autos de origem (f. 612/TJMS), sendo encaminhado a respectiva planilha em 18/01/2016 (f. 619-625/TJMS).

Diante da complexidade dos cálculos e, ainda, da complexa natureza das diligências mencionadas pelo exequente, ora agravante, em 30/06/2016, o juízo a quo determinou o encaminhamento dos autos ao Departamento de Precatórios deste e. Tribunal de Justiça para a realização de cálculos de

liquidação, conforme procedido em caso análogo nos autos nº 0046218-93.2011.8.12.0001 (f. 636/TJMS).

Os cálculos realizados em razão da determinação acima foram devidamente homologados pelo juízo a quo em 17/09/2018 (f. 1.120-1.124/TJMS), após, inclusive, a resposta de quesitos solicitados à Diretora do Departamento de Precatórios (f. 999-1.002/TJMS), para declarar devido o montante de R\$53.411.302,97 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e onze mil e trinta e dois reais e noventa e sete centavos), atualizado até 30.04.2009 (f. 649), cujo desfecho foi mantido mesmo após a oposição de embargos de declaração pelo agravante (f. 1.147/TJMS).

Inconformado, o Sindicato interpôs o presente recurso, cujas razões já foram apreciados em razão de idêntica providência procedida nos autos, que deu ensejo ao agravo de instrumento nº 1400808-83.2018.8.12.0000, cuja ementa restou assim redigida:

E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROMOVIDA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS HOMOLOGADOS PRECLUSÃO DO DIREITO DE IMPUGNAR NÃO EVIDENCIADA AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO DE DIREITO OFENSA À COISA JULGADA ERRO DE CÁLCULO PASSÍVEL DE CORREÇÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I - Defeso considerar que a concordância do devedor quanto aos cálculos apresentados tenha consistido em reconhecimento de crédito a seu favor, pois houve expressa impugnação em respeito à coisa julgada, sendo determinação do juízo condutor do processo de origem a realização de novos cálculos. II - Não há preclusão quando a manutenção do erro material atinente a cálculo aritmético viola a efetivação do direito já reconhecido em juízo, sob pena, inclusive, de violação à coisa julgada e, inclusive, ao princípio da instrumentalidade das formas. III - O erro material de cálculo é cognoscível a qualquer tempo pelo juiz, independentemente da ocorrência de coisa julgada. IV - Em se tratando de atividade executiva, desenvolvida no intuito de satisfazer o dever jurídico certificado em título executivo judicial, impõe-se a observância da fidelidade à sentença liquidanda, sopena de ofensa ao efeito positivo da coisa julgada. (TJMS. Agravo de Instrumento n. 1400808-83.2018.8.12.0000, Campo Grande, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Marco André Nogueira Hanson, j: 17/04/2018, p: 18/04/2018) Outrossim, passo à apreciação dos argumentos supra relatados.

II. Mérito recursal II.a. Preclusão

Conforme relatado, o agravante defendeu que o direito de o agravado impugnar os cálculos encontra-se precluso, seja em razão da rejeição liminar dos embargos à execução por este oposto, seja pela intempestiva discordância apresentada na origem.

Sobre a matéria, o art. 507 do vigente CPC dispõe ser vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

Com efeito, na hipótese dos autos, a despeito da rejeição liminar dos embargos à execução opostos pelo Estado de Mato Grosso

do Sul, posteriormente constatou-se que os cálculos objeto da execução encontravam-se em dissonância com os parâmetros fixados pela coisa julgada, razão por que pleiteou-se a realização de nova apuração e liquidação do crédito.

Como dito alhures, determinou-se que o Departamento de Precatórios deste Tribunal de Justiça, realizasse os cálculos de liquidação. Portanto, diante deste cenário, não há falar-se em preclusão temporal, consumativa ou mesmo lógica do direito de o Estado de Mato Grosso do Sul impugnar os cálculos confeccionados para a apuração do quantum devido.

Ademais, cumpre ponderar que, ao contrário do alegado pelo agravante, defeso considerar que a concordância do devedor quanto aos cálculos apresentados tenha consistido em reconhecimento de crédito a seu favor, pois houve expressa impugnação em respeito à coisa julgada, sendo determinação do juízo condutor do processo de origem a realização de novos cálculos.

Logo, ao contrário do que argumentou o agravante, a rejeição dos embargos opostos pelo Estado de MS não conduz à premissa de que houve ofensa à coisa julgada. Sob outro enfoque, não se pode olvidar que o sentido da fase executiva é o de efetivação do direito constante no título, ou seja, vai do direito aos fatos, ao contrário da fase de conhecimento, que se parte dos fatos para chegar-se ao direito.

Desta forma, não há preclusão quando a manutenção do erro material atinente a cálculo aritmético viola a efetivação do direito já reconhecido em juízo, sob pena de violação à coisa julgada e, inclusive, ao princípio da instrumentalidade das formas, sobretudo em detrimento do erário público.

Até porque, como cediço, “o erro material é corrigível a qualquer momento, de ofício ou a requerimento da parte, sem que daí resulte ofensa à coisa julgada” (RSTJ 34/378, Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor, 43ª ed. São Paulo, Saraiva, 2011, pág. 534).

Não fosse isso, à luz da jurisprudência do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, a segurança jurídica trazida pela coisa julgada material é manifestação do estado democrático de direito (art. 1º caput, CF).

Expressa ela coisa julgada a necessidade de estabilização das decisões judiciais, vistas como ato de positividade de poder, motivo pelo qual deve ser garantida sua imutabilidade. A estabilidade das decisões é condição essencial para que possam os jurisdicionados confiar na seriedade e na eficiência do funcionamento da máquina judicial. (TJMS).

Mandado de Segurança n. 1413436-12.2015.8.12.0000, Órgão Especial, Relator (a): Des. Dorival Renato Pavan, j: 10/05/2017, p: 12/06/2017).

II.b. Impugnação dos cálculos e ofensa à coisa julgada Acerca das impugnações dos cálculos realizados pela Diretora do Departamento de Precatórios deste Tribunal de Justiça impositiva a consignação de que questões eminentemente técnica-contábeis não podem ser enfrentadas por este órgão colegiado. Outrossim, impõe-se observar que desde o advento da Lei nº 11.232/2005, que introduziu alterações substanciais no revogado Código de Processo Civil/1973, não vigora mais a sistemática de homologação dos cálculos de liquidação para a

execução de sentença, razão pela qual não há se falar em “trânsito em julgado” ou “imutabilidade dos cálculos homologados”.

À luz do que determina o art. 14 do vigente CPC1, no sentido de que a norma processual será aplicável imediatamente aos processos em curso, a despeito da execução de sentença ter sido iniciada na vigência do Código de Processo Civil revogado, o ordenamento jurídico processual vigente no Capítulo V Da Execução Contra a Fazenda Pública (art. 910), não dispõe mais acerca da figura da “homologação de cálculos”.

Na hipótese, entretanto, não houve qualquer equívoco na apuração 1 Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul do quantum devido aos servidores representados pelo Sindicato agravante, que, a despeito de já terem auferido o adicional por tempo de serviço, obtiveram, em juízo, o reconhecimento de que este fora pago a menor, levando-se em conta a base de cálculo pertinente.

Os cálculos realizados pelo Departamento de Precatórios deste Tribunal observaram, à luz do que fora decidido em juízo (coisa julgada), que o adicional por tempo de serviço deveria ser calculado sobre toda a remuneração e não somente sobre o vencimento-base, ponderando-se, entretanto, que a antecipação salarial não poderia englobar o adicional por tempo de serviço ou qualquer outra vantagem.

Outrossim, os esclarecimentos apresentados pela servidora responsável pelos cálculos homologados ponderaram que o erro constatado refere-se à exclusão de algumas verbas na oportunidade de apuração da base de cálculo, considerando o não abatimento destas na última fase do cálculo, o que acarreta o cômputo indevido da verba excluída, acrescida da antecipação salarial, como pagamento do adicional por tempo de serviço - ATS.

Sobre este aspecto, pertinentes as considerações finais da servidora nomeada para a realização dos cálculos, in verbis:

Os cálculos apresentados pelo requerente e pela Contadoria não foram considerados os reflexos da antecipação salarial dos valores pagos a título de ATS, ou seja, na metodologia utilizada pelo Sindicato/substituto deveria ter sido amortizado da base de cálculo e dos valores pagos não somente a rubrica ATS paga e sim o reflexo da antecipação salarial do montante de ATS paga.

No caso denota-se que a metodologia de cálculo para apurar o valor devido a título de ATS aos servidores representados pelo Sindicato agravante utilizada pelo Departamento de Precatórios do TJMS, encontra consonância com a coisa julgada formada nos autos e também com os ditames legais que permeiam a controvérsia.

Esta conclusão encontra amparo na premissa já declinada neste voto, porque a coisa julgada, objeto da execução de origem, determinou que o adicional por tempo de serviço deveria ser calculado sobre toda a remuneração e não somente sobre o vencimento-base, sem perder de vista, todavia, que a antecipação salarial não poderia englobar o adicional por tempo de serviço ou qualquer outra vantagem.

Assim, como o erro de cálculo não faz coisa julgada, sendo, por isso, corrigível até mesmo de ofício, não há falar-se em incorreção dos cálculos homologados pelo juízo a quo.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FAZENDAPÚBLICA. INCLUSÃO DE PARCELAS EM EXCESSO DE EXECUÇÃO. ERRO MATERIAL CORREÇÃO DE CÁLCULOS. SÚMULA 7/STJ. 1. O STJ possui o entendimento de que o erro material de cálculo é cognoscível a qualquer tempo pelo juiz, independentemente da ocorrência de coisa julgada. Precedente: AgRg no AREsp 834.836/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 27/05/2016. 2. Para verificar se o decisum regional violou a coisa julgada e o devido processo legal, seria necessário proceder ao cotejo entre o título e a decisão recorrida, o que não envolve análise jurídica, mas puramente fática, hipótese não comportada na estreita via do especial pela orientação da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1571408/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 18/08/2016) CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEQUESTRO DE VERBA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO. SUPERVENIÊNCIA DA EC 62/2009. ART. 97 DO ADCT. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO STF. PERDA DE EFICÁCIA. PRECEDENTES. PRETERIÇÃO CONFIGURADA. MODIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA PREVISTO NO CÁLCULO HOMOLOGADO EM JUÍZO.

IMPOSSIBILIDADE. 1. Declarada pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT, incluído pela EC 62/2009 (ADIs 4.357/DF e 4.425/DF), é impossível acolher a pretensão de se obstar o sequestro de verba pública para pagamento de precatório com fundamento no referido preceito constitucional. 2. A preterição de pagamento de crédito anterior e já vencido, constante de precatório submetido ao regime de parcelamento de que trata o art. 33 do ADCT, em benefício de créditos posteriores, incluídos no parcelamento instituído pela EC 30/2000 (art. 78 do ADCT), configura hipótese de quebra da ordem cronológica imposta pelo art. 100 da Constituição Federal, autorizando o sequestro da quantia correspondente (CF, art. 100, § 2º). 3.

A revisão promovida pelo Presidente do Tribunal está limitada à correção de eventual erro de cálculo, caracterizado pela omissão ou equívoco na inclusão de parcelas indevidas ou na exclusão de valores devidos, cabendo-lhe, ainda, atualizar as contas. 4. Se o cálculo já contempla a incidência do IPC de 70,28% para o mês de janeiro/89, esse critério jurídico fica acobertado pela coisa julgada, não podendo ser modificado por decisão de natureza administrativa proferida pela Presidência do Tribunal de origem. 5. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (RMS 41.766/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA

TURMA, julgado em 17/10/2013, DJe 24/10/2013) O que ocorre na hipótese é justamente um erro de cálculo porquanto refere-se

a erro aritmético, diante da omissão ou equívoco na inclusão de parcelas indevidas, posto que o quantum apurado pelo agravante incluía valores indevidos decorrentes da atualização dos valores pagos a título de ATS, os quais, apesar de pagos a menor, não podem compor a base de cálculo para a apuração do montante devido na execução de origem.

Não fosse isso, como já dito, em se tratando de atividade executiva, desenvolvida no intuito de satisfazer o dever jurídico certificado em título executivo judicial, impõe-se a observância da fidelidade à sentença liquidanda, sob pena de ofensa ao efeito positivo da coisa julgada.

Assim, os cálculos homologados pelo juízo de primeira instância devem ser prestigiados e prevalecer sobre os demais cálculos realizados, em decorrência do trabalho isento e qualificado da equipe técnica que compõe o Departamento de Precatórios deste Sodalício, sobretudo porque, como bem ponderou a decisão agravada, houve a detida análise dos documentos apresentados pelas partes, bem ainda que os cálculos foram realizados com base na legislação que disciplina a questão e dentro dos limites postos no título judicial em execução (f. 1.123/TJMS).

III. Dispositivo final Ante o exposto, conheço deste agravo de instrumento interposto por Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul Sindijus, mas negolhe provimento, para manter a decisão recorrida como proferida."

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reformando o acórdão recorrido, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO INTERPOSTA ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO NA CONCLUSÃO DO JULGAMENTO ANTERIOR. RATIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. LEI 10.355/2001. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO NA CARREIRA. FATO SUPERVENIENTE. ALEGAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. PRECLUSÃO. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 7. ART. 354 DO CC. FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. "A única interpretação cabível para o enunciado da Súmula 418 do STJ é aquela que prevê o ônus da ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior" (REsp 1129215/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2015, DJe 3/11/2015).

2. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando

integralmente a controvérsia posta nos autos. 3. O aresto recorrido não destoa da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que, conquanto seja vedada a compensação de perdas salariais com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

4. Segundo o entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento pelo rito previsto artigo no artigo 543-C do Código de Processo Civil, "não ofende a coisa julgada, todavia, a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso" (REsp 1.235.513/AL, Rel. Ministro Castro Meira, julgado em 27/06/2012, DJe 20/08/2012). 5. Em hipóteses semelhantes, que tratam de execução oriunda da Ação Coletiva 97.0004375-4, o STJ já reconheceu que a mencionada compensação não poderia ter sido suscitada durante o processo cognitivo, porquanto "a apelação do INSS foi julgada em 15/02/2000 e o recurso extraordinário foi interposto em 23/08/2001; assim, a Lei 10.355, de 27/12/2001 - que promoveu a reestruturação da carreira previdenciária -, constitui fato superveniente passível de ser alegado nos embargos à execução, para fins de limitação temporal do pagamento do reajuste de 28,86%" (AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp 221.312/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 11/04/2013, DJe 17/04/2013). 6. Ademais, "o STJ pacificou a orientação de que a regra de imputação de pagamentos estabelecida no art. 354 do Código Civil é inaplicável às dívidas da Fazenda Pública" (AgRg no AREsp 347.550/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 03/10/2013, DJe 11/10/2013).

7. Este Tribunal Superior também tem entendimento no sentido de que "verificar a preclusão da compensação do reajuste de 28,86% com os valores pagos na esfera administrativa ou constatar se aquele pagamento deu-se em desacordo com o disposto no art. 354 do CC, bem como apurar a impossibilidade de incidência de juros negativos nos pagamentos administrativos daquele percentual implica o revolver do conjunto fático-probatório, providência que esbarra no óbice da Súmula 7 deste Tribunal" (AgRg no AREsp 184.821/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 17/03/2016, DJe 01/04/2016). Precedentes.

8. Agravo interno não provido.

(Aglnt no REsp 1557950/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DOS SÓCIOS DA LIDE. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. ALEGAÇÃO SOMENTE EM NOVO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO VERIFICADA PELA ORIGEM. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram.

Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de

28.6.2007. 3. O Tribunal de origem assentou em decisão monocrática, posteriormente confirmada pelo acórdão recorrido: "Cuida-se, na origem, de Ação de Execução Fiscal n.

2000.61.82.020786-0 ajuizada em 11/05/2000 pelo INSS, sucedido pela União, contra Comercial e Industrial Columbia S/A, Nelson Stetano Turini, Francisco de Souza Conocchia e Renato Oswaldo Purper Júnior, objetivando o recebimento de contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 2.697.048,56 (dois bilhões, seiscentos e noventa e sete mil, quarente e oito reais e cinquenta e seis centavos), objeto da CDA n.

32.372.680-1, fls. 10/24 deste instrumento. Durante a instrução processual sobreveio a seguinte decisão: "[...] Diante ao exposto, determino a exclusão, de ofício, dos coexecutados [...] Inconformada, a União ingressou com Agravo de Instrumento n.

2010.03.00.024591-7. [...] Na hipótese dos autos, houve pronunciamento judicial expresso nos autos do AG n.

2010.03.00.024591-7, com trânsito em julgado, acerca da exclusão dos sócios no polo passivo da lide da Execução Fiscal [...] existindo, por conseguinte, coisa julgada material a obstar, o reconhecimento judicial acerca da responsabilidade do sócio". 4. Como visto, a Corte assinalou que houve Agravo de Instrumento anterior a discutir a mesma temática, a saber, permanência ou não dos sócios no polo passivo da execução fiscal. Embora naquele recurso não se tenha apreciado a alegação ora deduzida de que o ato se amolda ao tipo penal previsto no art. 168-A do Código Penal, inafastável a preclusão operada quando do exame do primeiro Agravo de Instrumento.

5. Havendo mais de um fundamento que sustente sua pretensão, deveriam todos ser apresentados no primeiro Agravo de Instrumento, sob pena de possibilitar um eterno retrocesso na marcha processual.

Não é à toa que o Código de Processo Civil, ostentando redação semelhante a seu predecessor, estatui que "passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia oport assim ao acolhimento como rejeição do pedido" (art. 508).

6. Inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido, a saber, a existência de preclusão no caso concreto. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1761704/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2018, DJe 16/11/2018)

O recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, porquanto o óbice da Súmula n. 7/STJ impede o exame do dissídio jurisprudencial quando, para a comprovação da similitude fática entre os julgados confrontados, é necessário o reexame de fatos e provas.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. REDIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA ATESTANDO QUE A EMPRESA NÃO FUNCIONA NO LOCAL INDICADO. SUMULA 453/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Para se chegar à conclusão diversa da firmada pelas instâncias

ordinárias no tocante ao redirecionamento da execução fiscal em razão do descumprimento ao art. 135, III do CTN pelo sócio-gerente seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (AgRg no Ag 1.341.069/PR, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 15/9/11).

2. "Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem" (AgRg no AREsp 346.367/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 11/9/13) 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 424.727/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 06/02/2014 – destaque meu).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO. LEI 9.503/1997. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. A Corte de origem assentou sua decisão baseada na análise do conjunto fático-probatório dos autos, razão pela qual o acolhimento da pretensão recursal demanda novo exame das provas constantes dos autos, incidindo a Súmula 7/STJ.

2. O alegado dissídio jurisprudencial restou prejudicado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.247.182/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 30/09/2013 – destaques meus).

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ATO ÍMPROBO. ELEMENTO SUBJETIVO DOLO GENÉRICO. CARACTERIZADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 12 DA LEI N. 8.429/92. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ANÁLISE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

7. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 597.359/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 22/04/2015 – destaque meu).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR

TEMPO DE SERVIÇO. LABOR RURÍCOLA. RECONHECIMENTO. PROVA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO AFASTADOS.

1. Tendo o Tribunal de origem fixado compreensão no sentido de que o segurado não logrou comprovar o labor campesino nos lapsos temporais indicados, a reforma desse entendimento não pode ser lavada à cabo em sede de recurso especial, ante o óbice representado pela Súmula 7 do STJ.

2. A caracterização do dissídio jurisprudencial demanda a realização do confronto analítico entre as conclusões do aresto impugnado e as teses acolhidas pelos julgados indicados como dissonantes, não se mostrando suficiente para tal a simples transcrição dos julgados tidos como divergentes. Precedentes.

3. Além disso, impedido o trânsito do recurso especial em decorrência da orientação fixada pela Súmula 7/STJ, fica prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial, ante a ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos indicados como divergentes. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 611.941/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015 – destaque meu).

Assim, em que pesem as alegações trazidas, os argumentos apresentados são insuficientes para desconstituir a decisão impugnada.

No que se refere à aplicação do art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, a orientação desta Corte é no sentido de que o mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a imposição da multa, não se tratando de simples decorrência lógica do não provimento do recurso em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃOS PARADIGMAS. JUÍZO DE MÉRITO. INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NEGADO SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Trata-se de Agravo Regimental ou interno, interposto em 05/05/2016, contra decisão publicada em 13/04/2016.

II. De acordo com o art. 546, I, do CPC/73, os Embargos de Divergência somente são admissíveis quando os acórdãos cotejados forem proferidos no mesmo grau de cognição, ou seja, ambos no juízo de admissibilidade ou no juízo de mérito, o que não ocorre, no caso. Incidência da Súmula 315/STJ.

III. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "se o acórdão embargado decidiu com base na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, falta aos embargos de divergência o pressuposto básico para a sua admissibilidade, é dizer, discrepância entre julgados a respeito da mesma questão jurídica. Se o acórdão embargado andou mal, qualificando como questão de fato uma questão de direito, o equívoco só poderia ser corrigido no âmbito de embargos de declaração pelo próprio órgão que julgou o recurso especial"

(STJ, AgRg nos EREsp 1.439.639/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (Desembargador Convocado do TRF/1ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/12/2015). Em igual sentido: STJ, AgRg nos EAREsp 556.927/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/11/2015; STJ, AgRg nos EREsp 1.430.103/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 15/12/2015; ERESP 737.331/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 09/11/2015.

IV. O mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a necessária imposição da multa, prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015, quando não configurada a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso, por decisão unânime do colegiado.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgInt nos EREsp n. 1.311.383/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 27/09/2016 – destaque meu).

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO CONHECIDO APENAS NO CAPÍTULO IMPUGNADO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA APRECIADOS À LUZ DO CPC/73. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. PARADIGMAS QUE EXAMINARAM O MÉRITO DA DEMANDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, merece ser conhecido o agravo interno tão somente em relação aos capítulos impugnados da decisão agravada.

2. Não fica caracterizada a divergência jurisprudencial entre acórdão que aplica regra técnica de conhecimento e outro que decide o mérito da controvérsia.

3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada.

4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(AgInt nos EREsp n. 1.120.356/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016 – destaque meu).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA. PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. DENEGAÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO. DESPROVIMENTO. IMPUGNAÇÃO POR VIA DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO MANIFESTO. HIPÓTESE INADEQUADA. RECORRIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. JURISPRUDÊNCIA

SEDIMENTADA. AGRAVO INTERNO. CARÁTER DE MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. COMINAÇÃO DE MULTA.

1. A denegação do mandado de segurança mediante julgamento proferido originariamente por Tribunal de Justiça ou por Tribunal Regional Federal desafia recurso ordinário, na forma do art. 105, inciso II, alínea "b", da Constituição da República.

2. No entanto, quando impetrada a ação de mandado de segurança em primeiro grau de jurisdição e instada a competência do Tribunal local apenas por via de apelação, o acórdão respectivo desafia recurso especial, conforme o disposto no art. 105, inciso III, da Constituição da República.

3. Dessa forma, a interposição do recurso ordinário no lugar do recurso especial constitui erro grosseiro e descaracteriza a dúvida objetiva. Precedentes.

4. O agravo interno que se volta contra essa compreensão sedimentada na jurisprudência e que se esteia em pretensão deduzida contra texto expresso de lei enquadra-se como manifestamente improcedente, porque apresenta razões sem nenhuma chance de êxito.

5. A multa aludida no art. 1.021, §§ 4.º e 5.º, do CPC/2015, não se aplica em qualquer hipótese de inadmissibilidade ou de improcedência, mas apenas em situações que se revelam qualificadas como de manifesta inviabilidade de conhecimento do agravo interno ou de impossibilidade de acolhimento das razões recursais porque inexoravelmente infundadas.

6. Agravo interno não provido, com a condenação do agravante ao pagamento de multa de cinco por cento sobre o valor atualizado da causa, e razão do reconhecimento do caráter de manifesta improcedência, a interposição de qualquer outro recurso ficando condicionada ao depósito prévio do valor da multa.

(AgInt no RMS n. 51.042/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 03/04/2017 – destaque meu).

No caso, não obstante o improvimento do Agravo Interno, não resta configurada a manifesta inadmissibilidade, razão pela qual deixo de impor a apontada multa.

Posto isso, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.